

Disciplina: **TÓPICOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO “G”** Código: **DB067**

Pré-requisito: vide Ficha 1

Natureza: Semestral

Docentes: José Roberto Vieira e Betina Treiger Gruppenmacher

PROGRAMA:

1. Função Promocional do Direito
Sanções Negativas, Sanções Positivas.

2. Funções do Tributo
Função Fiscal, Função Extrafiscal, Limitações da Extrafiscalidade, Instrumentos de Extrafiscalidade.

3. Incentivos Tributários
Natureza Jurídica: Normas Indutoras; Espécies: Imunidades e Isenções, Subsídios e Subvenções, Diferimento, Benefícios, Classificação; Riscos e Óbices: Necessidade de Estrito Amparo Constitucional; Afastamento da Capacidade Contributiva.

4. Incentivos Tributários no Direito Comparado
América do Norte, União Européia, Ásia e Oceania, Mercosul.

5. Incentivos Tributários no Direito Brasileiro
Proteção da Família, Proteção do Ambiente, Promoção da Seguridade Social, Proteção da Cultura, da Educação e do Desporto.

METODOLOGIA/PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS:

Seminários, estudos de textos, exposições, aulas expositivas, debates, leituras orientadas *etc.*

AValiação:

Serão aplicadas provas escritas bimestrais, com matéria cumulativa, compostas de questões objetivas e discursivas, correspondentes a 70% (setenta por cento) da avaliação. Serão também aplicados diversos testes específicos (objetivos ou discursivos, individuais ou coletivos *etc.*), ao longo da cada bimestre, correspondentes aos demais 30% (trinta por cento) da avaliação.

OBJETIVO(S):

A partir do programa da disciplina, desenvolvido de conformidade com os procedimentos didáticos mencionados, o aluno deverá ser capaz de:

- a) Compreender a função promocional do direito, mormente pela via das sanções positivas;
- b) Caracterizar adequadamente tanto a função fiscal do tributo, quanto a extrafiscal;

- c) Compreender e distinguir os incentivos tributários, quanto à sua natureza, jurídica, quanto às suas espécies e, finalmente, quanto aos riscos que envolvem a sua utilização;
- d) Distinguir e identificar os incentivos tributários ocorrentes no Direito Comparado;
- e) Distinguir e identificar os incentivos tributários ocorrentes no Brasil.

BIBLIOGRAFIA:

REFERÊNCIAS DE LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (qualquer edição recente).

BRASIL. Código Tributário Nacional (qualquer edição recente).

REFERÊNCIAS DOUTRINÁRIAS BÁSICAS

CATÃO, Marcos André Vinhas. Regime Jurídico dos Incentivos Fiscais. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. (Biblioteca de Teses).

MARTINS, Ives Gandra da Silva; ELALI, André; PEIXOTO, Marcelo Magalhães (coord.). Incentivos Fiscais: Questões Pontuais nas Esferas Federal, Estadual e Municipal. São Paulo: MP, 2007.

MELO FILHO, Álvaro. Teoria e Prática dos Incentivos Fiscais: Introdução ao Direito Premial. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1976.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Normas Tributárias Indutoras e Intervenção Econômica. Rio de Janeiro, Forense, 2005.

REFERÊNCIAS DOUTRINÁRIAS COMPLEMENTARES

ALONSO GONZÁLEZ, Luis Manuel. *Los Impuestos Autonómicos de Carácter Extrafiscal*. Madrid, Marcial Pons, 1995.

BIFANO, Elidie P. *et al.* Marketing de Incentivo: Uma Visão Legal. Barueri-SP: Manole, 2008.

BORGES, José Souto Maior. Introdução ao Direito Financeiro. 2.ed. São Paulo, Max Limonad, 1998, p. 46-62.

_____. Teoria Geral da Isenção Tributária. 3.ed. São Paulo, Malheiros, 2001, p. 70-77.

CAMPOS, Cândido H. Exportações: Incentivos Fiscais e Planejamento Tributário. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

CESNIK, Fábio de Sá. Guia do Incentivo à Cultura. 2.ed. São Paulo: Manole, 2007.

COSTA, Regina Helena. Princípio da Capacidade Contributiva. São Paulo, Malheiros, 1993, p. 68-72.

FALCÃO, Raimundo Bezerra. Tributação e Mudança Social. Rio de Janeiro, Forense, 1981, p. 43-49.

GODOI, Marciano Seabra de. Justiça, Igualdade e Direito Tributário. São Paulo, Dialética, 1999, p. 228-234.

GORDOA LÓPEZ, Ana Laura. *Los Fines Extrafiscales en el Sistema Tributario Mexicano*. México, Porrúa, 2000.

GUSMÃO, Daniela Ribeiro de. Incentivos Fiscais, Princípios da Igualdade e da Legalidade e Efeitos no Âmbito do ICMS. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2005.

MOSCHETTI, Francesco. *Il Principio della Capacità Contributiva*. Padova, CEDAM, 1973, p. 217-260.

____ *El Principio de Capacidad Contributiva*. Trad. Juan M. Calero Gallego y Rafael Navas Vazques. Madrid, Instituto de Estudios Fiscales, 1980, p. 259-298.

NABAIS, José Casalta. O Dever Fundamental de Pagar Impostos. Coimbra, Almedina, 1998, p. 627-670 e 694-696.

OLIVEIRA, José Marcos Domingues de. Direito Tributário: Capacidade Contributiva. 2.ed. Rio de Janeiro, Renovar, 1998, p. 115-121.

TIPKE, Klaus e YAMASHITA, Douglas. Justiça Fiscal e Princípio da Capacidade Contributiva. São Paulo, Malheiros, 2002, p. 37-42 e 61-69.

TRAMONTIN, Odair. Incentivos Públicos a Empresas Privadas & Guerra Fiscal. Curitiba, Juruá, 2002.

VIEIRA, José Roberto. Mesa de Debates “C” – Tributos Federais: IPI e Extrafiscalidade. Revista de Direito Tributário. São Paulo, Malheiros, nº 91, [2004?], p. 74-80.